

ARTIGO

A NOSSA LUTA É POLÍTICA: UM PERCURSO DOS MOVIMENTOS COMUNITÁRIOS BRASILEIROS NOS ANOS 1970-1980

OUR FIGHT IS POLITICAL: THE COURSE OF THE BRAZILIAN COMMUNITY MOVEMENTS IN 1970-1980

CARLA REIS LONGHI*

RESUMO

Este artigo retoma um percurso de construção das lutas sociais propostas por movimentos comunitários do Brasil, nos anos de 1980. Baseando-nos em Certeau, através do conceito de estratégias e táticas, visamos reconstituir o processo de rearticulação do sentido da cultura e da política, num percurso de politização contínua das questões do cotidiano.

PALAVRAS-CHAVE: Futebol. Multidões. Psicologia das massas. Medo. Espetáculo de massa. Comunidades imaginadas.

ABSTRACT

This paper revisits the course of construction of the social struggles proposed by the community movements of Brazil in the 1980's. Based on Certeau and through the concept of strategies and tactics, our objective is to reconstruct the process of re-articulation of the meaning of cultura and politics, in the course of the continuous politicization of the aspects of everyday life.

KEYWORDS: community movements; everyday life; strategies and tactics.

Introdução

O título deste artigo recupera um trecho da fala de participante do Conselho Popular de Saúde da Zona Leste, trecho este presente no recorte documental aqui apresentado e que, a nosso ver, traduz muito bem as questões colocadas pelos movimentos sociais nos anos analisados, ou seja, a conscientização da ação política, na luta por direitos. Este artigo, que é parte de projeto de pesquisa desenvolvido ao longo do ano de 2013, com o título “O contexto da redemocratização brasileira: alinhando vozes”, visa recuperar este contexto de lutas, refletindo sobre o processo de rearticulação do sentido da cultura e da política, num percurso de politização contínua das questões do cotidiano. É interessante constatar este movimento de correlação entre cultura e política, presente tanto no espaço cotidiano como também na própria produção historiográfica brasileira sobre o período que, ao se apropriar, por um lado, das discussões sobre cultura postas pelos Annales a partir da 3ª. geração e seus desdobramentos (Certeau, Ginzburg, Chartier, etc) e, por outro lado, das reflexões postas pelos historiadores ingleses, fundamentalmente, Raymond William e Edward Thompson, passam a identificar o cotidiano como um espaço legítimo de práticas políticas e como um âmbito da constituição do trabalhador, considerando aqui o fazer-se da classe operária em oposição à categorização dada. Este movimento historiográfico favorece a ascensão do campo da cultura como objeto de estudos e como espaço de enfrentamentos e sujeições, distanciando-se de uma visão anterior que via o cotidiano como o espaço da repetição e da passividade.

O cotidiano torna-se um objeto legítimo de reflexões, corporificado pelo pipocar de movimentos sociais presentes no contexto dos anos 1970, obrigando os intelectuais a atentarem para a conceituação tanto da própria ideia de cotidiano quanto da noção de movimentos sociais, objetivo este difícil, pela constatação de sua pluralidade e

diversidade. Segundo Gohn os movimentos sociais são, em linhas gerais, “ações sociais coletivas de caráter sociopolítico e cultural que viabilizam distintas formas da população se organizar e expressar suas demandas”.¹ Assim, houve a proliferação de diferentes movimentos sociais, distintos em seus objetivos, procedimentos, perspectivas e perfil dos sujeitos, contudo, comuns na busca pelos seus direitos. Foi este cenário de ebulição, projetos e confrontos que procuramos recuperar, reconstituindo os debates e confrontos propostos por diferentes sujeitos históricos e pela própria historiografia.

Além do caráter difuso dos conceitos propostos, outro grande problema na proposição deste tema foi o de recuperação de fontes possíveis para a reconstituição do percurso destes sujeitos. Assim, entendemos que, para refletirmos sobre este objeto com o recorte proposto, precisaríamos refletir também sobre as fontes existentes e a especificidade de sua caracterização. Quando propusemos a temática deste projeto, do qual o artigo é parte, o fizemos a partir do corpus já delimitado: Os ‘Movimentos Comunitários’. São fontes documentais presentes no CEDIC (Centro de Documentação e Informação Científica-Prof. Casemiro dos Reis Filho) sob os cuidados da PUC/SP. Coleções- ‘Movimentos Comunitários’. Entre os Movimentos presentes nesta documentação destacamos, para esta pesquisa, dois blocos de movimentos comunitários: Movimento de Defesa dos Direitos dos Favelados e Conselhos Populares/ Associação dos Moradores.

Tal qual a discussão conceitual sobre movimentos sociais, a documentação também se apresenta pulverizada, fragmentada, compondo um mosaico de movimentos, ações e demandas. Estes documentos, como indicado na ficha catalográfica do centro documental, foram doados por fontes diversas, com formatos e suportes distintos, congregando documentação de extenso período (1960-1993), mas nos concentramos na discussão existente entre os anos de 1977-

1988. Para este artigo, apresentamos um extrato desta pesquisa, focado na visualização de estratégias e táticas constituídas no enfrentamento político cotidiano dos grupos em questão. Temos como pretensão prioritária a retomada do percurso de luta, nas sutilezas do embate, reconstituindo suas táticas, aspectos estes nem sempre perceptíveis na análise macro.

A politização do cotidiano – entre estratégias e táticas

Ao longo de nossa pesquisa pudemos observar que todos os documentos arquivados na pasta Movimentos Comunitários identificavam a necessidade de organização de luta, por parte destes setores sociais, estabelecendo táticas que, por um lado, visavam o enfrentamento e, por outro lado, constituíam um percurso de amadurecimento e busca de autonomia destes mesmos movimentos. São muitas sutilezas presentes nos processos de luta. Vimos ainda que, por diferentes vertentes teóricas, entendimentos do grupo e propostas de ação, todos os documentos se apresentavam como uma opção das táticas de organização e conscientização. Na cartilha “Além das Reivindicações” que parte da matriz marxista e não estabelece uma composição direta com a voz do trabalhador, vemos a condução de táticas organizadoras da continuidade do movimento, como decisões de assembleias que deveriam nortear a continuidade da luta; mostra-se como um processo contínuo de ação e reflexão sobre a ação:



6.3. ENCONTRAR CAMINHO E LUZ FORMAÇÃO E INFORMAÇÃO

- Assumir com seriedade um trabalho de formação política para entender o sistema e a sociedade como um todo. Geralmente os movimentos populares correm atrás dos acontecimentos.

- Para aproveitar as brechas temos que procurar clarear as contradições do sistema.
- É preciso aumentar o conhecimento e a organização para aumentar a nossa esperança.
- Perceber o gerador das necessidades e carências sociais.
- Essa questão de mudança está ligada a um processo de educação que vem desde o berço. Temos que derrubar a pirâmide que está na nossa cabeça. Por isso deve haver uma frente cultural. É um processo de educação atingindo todos os setores da vida: família, escola, trabalho, grupos, Igreja, etc.
- É preciso termos consciência crítica de nossa história e de nossa cultura. Manter os valores positivos e substituir os negativos por positivos.
- A educação que está aí, deforma em vez de formar. É preciso subverter a ordem pedagógica.
- Criar nossos próprios meios de informação e formação. Precisamos acreditar nas nossas capacidades de criação e mudança.
- Promover mais seminários de formação em todos os níveis: local, municipal, regional, nacional.
- Avaliação da caminhada histórica dos movimentos populares é fundamental para a formação no sentido do avanço. Tanto a caminhada localizada na

39

Além das Reivindicações, p. 38/39

Dois aspectos importantes e distintos estão presentes neste documento: por um lado, a clareza quanto à necessidade de informação e conhecimento para o processo de desalienação e por outro, o entendimento de que é necessária a existência de uma vanguarda organizadora deste processo. A reflexão sobre a desalienação se conformou nos anos 1950, ponderando sobre descolonização e desalienação em todos os âmbitos, econômico, político e cultural. Naquele momento, o debate no campo da cultura girava em torno da necessidade de ruptura das linguagens artísticas existentes e busca de construção de uma estética própria, com temática popular. Esta discussão se desdobra para os movimentos sociais dos anos de 1970, como visto no documento. Neste momento, o percurso de desalienação, na constituição do próprio, do autêntico é encaminhado no sentido da

necessidade de acesso à informação e controle da produção do conhecimento, bem destacados no texto. A observação de documentos de outros movimentos mostram a unidade de todos quanto à esta questão; contudo, os encaminhamentos para a conquista da autonomia serão diversos, mostrando as distinções quanto à ação dos sujeitos. No documento acima vemos o importante papel da vanguarda política e intelectual como organizadora da ação popular. A imagem do texto sintetiza as duas perspectivas, como parte do mesmo processo, “uma espécie de culto às virtudes da ‘paciência pedagógica’. Ou seja, “sem cancelarem estratégias revolucionárias elaboradas nos pequenos círculos conspirativos, esses grupos procuram enraizá-las nas massas...”²

Vimos, também, que a estruturação do enunciado, em outros documentos, se compõe a partir da fala do trabalhador, tendo como tática, em primeira instância, a constituição de um nós coletivo, pela ação direta e não mediada pela vanguarda. Optamos, agora, por destacar os documentos que trazem esta opção de ação, dando mais voz aos membros das comunidades, isto por que, como discutido por Foucault “...o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar.”³ Assim, um de nossos objetivos prioritários é o de recuperar a voz destes sujeitos, normalmente submetidos à constituição de uma memória que lhes é alheia. Temos a clareza, que mesmo neste tipo documental há um filtro para a elucidação desta voz, filtro este constituído no ato do registro escrito.

Esta tipologia documental foca explicitamente no cotidiano da luta, alçando o próprio cotidiano à condição de âmbito prioritário da mesma. O conceito é de difícil definição, pois se constitui, tal qual a ideia de movimentos sociais, pela fluidez, imprevisibilidade, numa articulação contínua entre a atuação individual e coletiva. O termo foi usado com visões opostas, muitas vezes contraditórias; se por um lado, o viam como

o espaço de conformismo e submissão (espaço da reprodução automática), por outro lado, também foi tratado como o âmbito da luta e resistência. Pautados aqui, por Eder Sader, propomos o cotidiano como o espaço ambíguo do conformismo e resistência; nesta vertente, novamente é o imprevisível que está posto, associado a conjunturas compostas de especificidades de atores e condições. Começaremos com o doc 1, parte dos Cadernos do Trabalhador (Que história é essa?). Vejamos o embate para a constituição destes conselhos:

Ação governamental (p.18)	Ação dos movimentos sociais(18)
<p>Quando teve a inauguração do posto de saúde, a prefeitura montou a festa de inauguração e não quis dar a palavra para o povo. Meia hora antes da inauguração o prefeito mandou colocar uma enorme faixa, que dizia “Obrigado Prefeito Guaçu Piteri, pelo posto de saúde do Munhoz</p>	<p>...do nosso lado, preparamos cartazes dizendo que o posto foi conquista do povo e que o povo queria falar. E quando conseguimos falar, dissemos que o posto era uma conquista do povo, um direito, que não era favor de ninguém, foi aí que saiu o começo da luta por creche.</p>

Como discutido por Fiorin, retomando Bakhtin “ Os enunciados são sempre o espaço de luta entre vozes sociais, o que significa que são inevitavelmente o lugar da contradição”.⁴ O texto indica dimensões distintas dos conflitos em questão. Vemos o enfrentamento frente aos setores governamentais, na figura do prefeito⁵ e mais uma vez, o reforço do lugar destes agentes na relação com a população local. Este exemplo, presente de outras formas em outros documentos, aponta para um aspecto que consideramos prioritário, a dificuldade cotidiana em se fazer ouvir e ter autoria de seus próprios atos. Foucault já discutiu amplamente os processos de interdições, que ocorrem de distintas maneiras. Aqui vemos dois aspectos distintos, apesar de correlatos: a tentativa de negação do lugar (físico) da fala, a interdição pela circunstância, com

rituais de ordenamento de ocupação do espaço e a tentativa de negação da legitimação desta fala, através do direito privilegiado.

Tratava-se de um evento de inauguração do posto de saúde, que só se consumou devido à pressão contínua e repetitiva dos moradores do bairro. Para o prefeito, era um evento político de consolidação de votos e com as faixas tentou anular a existência dos moradores e membros do futuro Conselho. Assim, como estratégia, o prefeito tentou anular a luta através da invisibilidade pública, “chamo de estratégia o cálculo (ou a manipulação) das relações de forças que se torna possível a partir do momento em que um sujeito de querer e poder (uma empresa, um exército, uma cidade, uma instituição científica) pode ser isolado”.⁶ O Conselho agiu imediatamente, explorando as táticas possíveis no ato da ação e pediu a palavra, junto com cartazes que conflitavam com as faixas colocadas pelo prefeito, isto por que, como táticas, o autor entende “a ação calculada que é determinada pela ausência de um próprio”.⁷ Nesta definição, Certeau busca demonstrar a necessidade da ação não prevista, na busca dos interstícios. Aqui estava posto um importante contexto de enfrentamentos, enfrentamentos constituídos pelo corpo a corpo dos sujeitos participantes que sem o registro presente nos ‘Cadernos dos Trabalhadores’ ou através da história oral, perderíamos a dimensão deste processo histórico, o que aponta para um outro âmbito fundamental, mas não aprofundado neste espaço, que são as condições de constituição da memória histórica sobre os mesmos.

Como nos mostrou Certeau, as táticas são pequenas subversões à ordem estabelecida e precisam ser ágeis, dinâmicas e contínuas. Estas características as fazem parecer pequenas e pouco importantes, mas a luta no âmbito do cotidiano sempre terá estas dimensões, características e dificuldades inclusive, como já discutiu o autor, para sua própria efetivação como lógica social. A continuidade do documento demonstra

a permanência do conflito e um novo 'round' de estratégias e táticas. Vejamos o documento:

No final do curso surgiu uma proposta que conquistou o consenso entre os presentes: as entidades populares precisam reunir seus esforços e suas forças; podem (e devem) ser sujeitos da democracia aqui e agora; podem (e devem), portanto, intervir na administração local, na prefeitura. O caminho para isso foi a criação de um Conselho Popular Municipal, formado por representantes de sociedades amigos de bairro, associações de moradores, clubes de mães, sindicatos de trabalhadores, além de outras entidades de expressão ligadas às causas do povo como o Centro de Defesa dos Direitos Humanos e a Frente Nacional do Trabalho de Osasco.



Que história é essa? Conselho Popular de Osasco, p. 19.

Depois do curso, de repente, um dia, a gente soube que o Guaçu estava convidando toda a população, porque ele ia criar o Conselho Popular. Ele fez um decreto criando o Conselho Popular das Comunidades de Osasco.

Lembro-me que tomei conhecimento através de um rapaz que mora em área livre, na favela, que foi lá e levou um bilhete prá mim, um bilhete do chefe de gabinete do Guaçu dizendo assim: "companheiro, o Dr. Guaçu quer ver você hoje à noite no sindicato dos metalúrgicos".

Na reunião, o prefeito mostrou o que queria. Ele tinha feito um decreto criando o Conselho, apresentou um regimento interno que eles tinham feito na Prefeitura. Do Conselho fariam parte os presidentes de sociedades amigos de bairro, todos os vereadores, o pessoal que ele considerava autoridade. Era um conselho de cúpula. Aí nós, junto com outras pessoas, conseguimos virar a mesa. Não aprovamos o regimento que eles estavam impondo. Aí, formou-se uma comissão que começou a discutir o novo regimento interno, agora já com a população. Levou quase dois meses, mas saiu como a gente queria.

Regimento Interno, p. 19.

Desta vez, o prefeito tenta silenciar o movimento esvaziando sua existência. Para isto, toma a dianteira na efetivação do Conselho Popular, propondo-o sob a tutela da prefeitura, definindo as pessoas que teriam voz no mesmo. Novamente houve um contexto de grande tensão, de idas e vindas até que a população conseguiu garantir a sua presença na composição do Conselho, a partir de seus parâmetros e com autonomia

para a composição de seus membros; foram dois meses de luta corporificados no decreto-lei 4481 de maio de 1981. Esta luta não parou aí e o caderno apresenta o cotidiano de enfrentamentos, mostrando que imediatamente após a aprovação do regimento do Conselho Popular, o prefeito tenta inserir a representação de outros grupos, no caso, representantes de escolas de samba, numa clara estratégia de construção de apoios internos, gerando novo contexto de embates. Vemos que o Conselho Popular foi criado e efetivado o que, em parte, significa uma grande conquista do movimento; mas, por outro lado, enfrentou continuamente a tentativa de seu esvaziamento, perdendo anos, com diferentes representações partidárias na figura do poder executivo. Assim que este prefeito saiu para se candidatar, assumiu o presidente da Câmara que tentou esvaziar o Conselho tomando sua sede e telefone, conquistas garantidas na gestão anterior:

...Só que nós não entregamos a chave e fizemos um movimento bom: acho que naquele momento a gente sentiu a força do Conselho. Deu para mobilizar num instante um monte de associações de bairro. Aí o prefeito não voltou atrás na decisão dele de tomar a sede, mas também não efetuou o despejo que ele estava querendo fazer. Nós trocamos o cadeado e continuamos na sala até hoje. Agora, o prefeito que entrou, do PMDB fez um decreto devolvendo a sala pra gente.⁸

Estes enfrentamentos foram contínuos na constituição de todos os Conselhos. Variaram as estratégias e táticas utilizadas, mas a lógica proposta pelos poderes públicos foi sempre de anular, silenciando a voz e negando a visibilidade; evitavam criar interlocução, para não legitimar estes sujeitos. Destacamos só mais um exemplo, agora do Conselho Popular da Zona Leste, do mesmo caderno:

Enfrentamos a secretária e ela respondeu: _ Que nada! Vocês vão perder seu tempo...vocês não têm o que fazer em casa?
_ Temos sim, mas já deixamos a janta bem encaminhada e estamos aqui com o propósito de só sair daqui com essa audiência marcada, falamos. Ela viu que não tinha jeito mesmo, nós nos plantamos nas poltronas,

tiramos o lanche e começamos a comer. Depois de um tempo ela disse:
_ Bom, entra só uma...⁹

Neste caso o embate inicial se constituía pela construção do direito de se tornar interlocutor e ser recebido para audiência. As questões do cotidiano apresentam várias dificuldades: são pequenas e muitas vezes invisíveis, o que não significa que não sejam fundamentais; são dinâmicas e, logo instáveis, pois uma determinada conquista pode ser perdida no novo ‘round’, ou seja, não há tempo para as consolidações; em função destes dois aspectos, mostram-se como lutas de percursos longos e difíceis, tornando-se muitas vezes inviáveis, o que garantiria uma parte das estratégias colocadas. Estas lutas e práticas configuravam o cotidiano destes setores.

O recorte documental apresentado a seguir indica a opção por táticas distintas de luta, centradas, neste caso, no campo jurídico. São dois documentos diferentes, com proposições específicas que optaram pelo enfrentamento legal. São os documentos n. 4 ‘Sobre a concessão de direito real de uso aos favelados de diadema’ e o documento n. 5 ‘Constituinte e Constituição’ – como pensa o favelado.

Em julho de 1984, os favelados de Diadema, em seu 2º. Encontro Municipal decidiram que, para legalizar o direito de posse nas áreas ocupadas por favela, a Prefeitura encaminharia a Concessão de Direito Real de Uso, sobre as áreas públicas. Após os estudos, o Projeto foi encaminhado à Câmara dia 05 de junho de 1985, para ser discutido e votado pelos vereadores, autorizando a Prefeitura a contratar a concessão, mediante documento com os moradores de cada área”.¹⁰

O documento se encerra na proposição e argumentação quanto à validade desta solicitação, mas não apresenta desdobramentos futuros. Os favelados de Diadema, reunidos na Associação dos Favelados de Diadema e apoiados pelo MDF – Movimento de Defesa do Favelado propuseram na forma de Projeto de Lei um encaminhamento para a questão da moradia em Diadema. Devemos destacar a especificidade do

caso. Diadema era neste momento uma das primeiras prefeituras de administração petista, eleita em 1983, fortalecendo o Conselho Popular local e as demandas populares, criando um diálogo Conselhos Populares-Prefeitura atípico para o período, pois não devemos esquecer que estávamos ainda na ditadura civil-militar. Apesar disso, a questão da terra/ moradia não era simples e existiam projetos distintos para a solução da questão; uma ala dos moradores das favelas e o próprio prefeito apoiavam a solução da moradia através da compra do terreno, com propriedade definitiva. A outra ala, vitoriosa, propunha o uso social da terra através da concessão do Direito Real de Uso, como indicado no documento. Esta modalidade previa a cessão de terreno público para os favelados, por 90 anos. A Lei foi aprovada e foi considerada uma grande vitória, mas segundo a pesquisa de Santos:

Até 2001, em apenas três áreas os moradores conseguiram registrar em seus nomes o contrato de CDRU. Identificou-se que, durante a gestão de 1983-1988, os processos de tramitação de projetos de lei- primeiro passo para a efetivação da concessão- concentraram-se em dois períodos: no primeiro ano de aplicação (1985), quando 17 projetos de Lei de CDRU foram aprovados pela Câmara Municipal, e no último ano da gestão (1988) , quando foram aprovados 31 projetos de lei... Durante as três administrações petistas 1982- 96, 5.735 famílias de 62 núcleos habitacionais receberam os certificados de CDRU, o que representa 24,86 % dos moradores de núcleos habitacionais.¹¹

Vemos que as conquistas se efetivaram, mas não sem conflitos e tensões; além disto, representaram uma porcentagem muito pequena perto da totalidade do problema e não significaram, necessariamente, melhorias de infraestrutura destes terrenos, problemas estes que se mantém ainda hoje. Retomando o contexto em questão, vemos que o debate sobre a terra, articulado com o debate sobre a moradia urbana estava posto nestes anos. Se retomarmos o percurso histórico desta questão, vemos que até os anos de 1950 não havia o debate sobre o direito à moradia própria e o perfil hegemônico de moradia do

trabalhador urbano, até 1950, era essencialmente do aluguel. Com a Lei do Inquilinato em 1942 esta situação começará a mudar, pela diminuição de ofertas desta modalidade, em função desta lei que restringia a capacidade de acumulação para o proprietário. A lei procurou restringir os preços abusivos dos aluguéis, favorecendo um olhar social para o mesmo sem, contudo, formular uma legislação que alterasse o sentido da propriedade. O resultado foi a diminuição da oferta de aluguel sem a contrapartida de condições para o acesso à propriedade da mesma, o que mais uma vez deixou a grande massa populacional à deriva.

A discussão sobre formas de financiamento para a casa própria ganhou uma conformação a partir da ditadura civil- militar, ou seja, vinte anos depois da Lei do Inquilinato mas, ainda assim, em condições bastante frágeis. Os governos militares lançaram o Banco Nacional de Habitação, em 1964 e, com a criação do FGTS em 1966, garantiu recursos que, em tese, seriam disponibilizados para a habitação. Boa parte da literatura sobre o tema já demonstrou o desvirtuamento do processo, com o desvio dos recursos públicos para setores privados, na garantia de acumulação capitalista; isto por que os recursos do FGTS (que vem do próprio trabalhador) eram repassados para a COHAB (Companhia Metropolitana de Habitação) empresa esta de capital misto, que os utilizava para a construção de moradia popular, que depois era cobrada do futuro morador. Ou seja, a questão da habitação popular urbana não foi resolvida e a problemática se perpetuou. Também já apontamos que mesmo nos anos 1940 já víamos uma modalidade de loteamento urbano que onerava o novo proprietário, por oferecer terreno urbano, com condições de terreno rural, sem infraestrutura e, a construção da moradia ficava totalmente a cargo do próprio morador. Assim, a falta de infraestrutura e as formas de ocupações irregulares foram práticas contínuas. O interessante do documento destacado, a

nosso ver, é o da escolha da tática de enfrentamento, ou seja, o percurso jurídico, dentro de contexto específico já apontado.

O segundo documento cujo título é “Constituinte e Constituição- como pensa o favelado” foi organizado pelo MDDF (Movimento de Defesa dos Direitos dos Favelados) e propôs a reflexão por parte destes sobre os direitos que queriam ver assegurados na nova constituição. Para tanto, o documento propôs primeiro a reflexão sobre o que é Constituinte e Constituição e a importância destas para o próprio movimento. Ao mesmo tempo, propôs a discussão sobre o que consideravam prioritário nesta luta, o direito à moradia. Por fim, retomamos o documento n. 3 ‘Aconteceu na Justiça’ de 1987 que apresenta um processo judicial perpetrado pelos mutuários da COHAB contra a mesma.

792 mutuários do BNH, patrocinados pela FAMERJ- Federação das Associações de Mordores do RJ- representados por seu advogado Edgard Ramos da Silva Rego Junior, em dezembro de 1983, ingressam perante a 1ª. Vara da Justiça Federal- Seção do Rio de Janeiro, com uma ação ordinária contra o Banco Nacional de Habitação e a Companhia Estadual de Habitação do Rio de Janeiro com os seguintes fatos e fundamentos:...

Observemos, inicialmente, o teor da reflexão abaixo colocada, que é parte da peça jurídica em questão e anterior à discussão do conteúdo proposto no processo:

Trata-se de conflito que tem como partes de um lado um segmento da coletividade e, de outro, uma grande organização estatal, sobretudo do Executivo. É o caso do mutuário da COHAB, da empresa com a Secretaria de Obras. E mais, é o conflito do contribuinte com o Ministério da Fazenda, do empresário com a SUNAB, do cidadão com o aparato policial, do consumidor com a empresa de serviços públicos. Trata-se também de conflito entre um segmento da coletividade e uma grande organização privada. São os casos do empregado com o supermercado, do posseiro com a imobiliária, do correntista com o

banco, do consumidor com a revendedora de automóveis, do assalariado com a construtora, do trabalhador rural com a usina.

A peça jurídica, como é chamada, destaca a composição dos opositores porque há, só neste fato, uma mutação fundamental: segundo a própria peça, é próprio do direito a existência de partes individuais, pois todo conflito jurídico, no entendimento clássico, supõe o respeito à prevalência de direitos do indivíduo e assim sendo, não poderia haver uma disputa entre uma coletividade- mutuários- e uma empresa; a novidade foi, então, o juiz ter acatado esta modalidade. O segundo aspecto que destacamos foi a escolha tática efetuada, onde 792 mutuários se reuniram, constituíram advogado e optaram pelo enfrentamento no campo jurídico. O conflito assim se constituía: A Favela da Maré, cujas moradias se constituíam tanto de terrenos de ocupação, quanto de terrenos comprados precisava ser demolida para garantir o alargamento das vias públicas. Em propaganda contínua concretizada em cartilhas distribuídas à população e acordos verbais, com publicidade na mídia, o governo propunha a transferência daqueles moradores para um conjunto da COHAB, através do pagamento parcelado em 30 anos, com taxas que representavam 10% do valor do salário mínimo, através do programa governamental PROMORAR. Os moradores da Favela aceitaram o acordo, saíram da mesma e quando já estavam no novo conjunto, receberam carnês cujo valor representava 80% do salário mínimo. Argumentava-se que o contrato assinado previa outros valores. Abaixo temos a decisão da juíza:

Isto Posto

Excluo da lide os autores Evanginaldo do Carmo, Nélson Leite da Silva e Antonio da Conceição Leitão.

JULGO PROCEDENTE O PEDIDO dos demais para condenar a CEHAB a outorgar a escritura de compra e venda dos imóveis objeto do termo de ocupação, a partir do sexto mês após assinatura daquele termo, com prazo de pagamento de trinta anos e prestações na base de 10% (dez por cento) do salário mínimo, compensando-se tais prestações com eventuais quantias pagas a maior pelos autores após o sexto mês, sem

pagamento de juros sobre quantias depositadas em juízo, que são corrigidas monetariamente, cabendo ao BNH aceitar tais cláusulas. Condeno os réus em honorários advocatícios, que arbitro em Cr\$ 100.000 (cem mil cruzeiros).

Vemos que a opção pela judicialização das lutas já acontecia neste momento analisado e, no caso acima, houve ganho de causa para os mutuários. Mais interessante que isto, ainda, é o Projeto do qual este documento faz parte, pois como apresentado abaixo, tratou-se de Projeto social para tornar o Poder Judiciário acessível à grande maioria da população; ao final do documento, há a explicação elaborada pelos integrantes:

AJUP- Apoio Jurídico Popular tem como proposta, partindo de alguns eixos, iniciar uma transmissão de informações e capacitação de assessorias jurídicas populares. Esses eixos, num primeiro momento, vêm sendo:

- Questões agrárias, não necessariamente caracterizáveis como Reforma Agrária. Questões mais na direção da defesa de posse; uso temporário da terra (arrendamento ou parcerias); terras públicas e devolutas; suportes jurídicos nas negociações com o poder público nos casos de ocupação, etc.
- Questões relativas ao solo urbano, especialmente o reconhecimento por parte do poder municipal dos loteamentos irregulares; legalização e consequente titulação de favelas em terras públicas, etc.

Primeiras conclusões

A observação de parte do acervo documental sobre movimentos comunitários nos mostrou a diversidade de questões, exemplificadas aqui com as problemáticas de movimentos de mães, de bairros, da saúde e da moradia. Vimos também diferentes conduções da luta, pautadas por matrizes discursivas também distintas. Sobre este aspecto, não abordamos neste artigo os movimentos orientados especificamente pela matriz humanista – cristã, norteadora de muitos e importantes movimentos, como também, não abordamos os movimentos de matriz

essencialmente sindical. Os exemplos utilizados, ao contrário, apresentaram uma composição destas mesmas matrizes discursivas.

Retomando o objetivo central deste artigo, ao observarmos as condições de enfrentamentos e resistências pudemos observar, primeiro, o processo de conscientização do lugar social destes sujeitos, lugar este percebido e construído a partir do processo de luta. Vejamos o trecho transcrito:

Descobrimo a Realidade:

Zulmira, Zuleide, Ides, Teresinha e Lurdes, depois de relatarem a sua experiência de luta no Jardim Nordeste, falaram um pouco a respeito do que aprenderam participando do movimento de saúde.

– Essa nossa luta tem ajudado a gente a viver- confessa Zulmira.

– a gente vê todas as necessidades que o povo tem e, se não vê uma saída para combater isso aí, então, acaba dando muito desespero.

Antes, como já contei, eu estava sempre na Igreja rezando e pedindo a Deus prá fazer alguma coisa. Achava que tudo tinha que cair do céu. Com esse trabalho, vi que não é bem assim e fui entendendo melhor as coisas, abrindo os olhos prá realidade, sabe? Comecei a ver que é a gente que tem que fazer, trabalhar e lutar prá conseguir o que se quer. A gente tem que se reunir, conversar e juntos procurar soluções prá vida atual. Não adianta esconder, esperar ou ficar pensando...¹²

Recuperando os ‘Cadernos do Trabalhador’ que, como já discutido, trazem a autoria do participante dos Conselhos Populares, vemos algumas questões bastante interessantes para a análise dos novos movimentos sociais e do embate entre estratégias e táticas e consequentemente da dicotomia passividade - resistência. Assim, como visto no recorte acima e também na transcrição abaixo houve um percurso de aprendizado, de conscientização, onde estes sujeitos passaram a se ver como sujeitos de ação. É muito forte esta percepção, no trecho, quando dizem que antes só rezavam e pediam e, agora, entendem que precisam tomar as decisões em suas mãos. Tornar-se sujeito da ação, significa agir coletivamente e, neste sentido, tomamos o termo ‘ação’ como conceituado por Arendt “ só a ação depende inteiramente da constante presença de outros”,¹³ ou seja, dois processos

ocorrem ao mesmo tempo, a conscientização da necessidade de ação e de que esta só será efetiva se conduzida pela coletividade, como colocado por eles próprios “ A gente ficou mais unido no bairro e está mais difícil de enrolar a gente. Chega o candidato fulano de tal e fica dizendo que fez isso, aquilo, prá gente. Nós não acreditamos mais porque nós lutamos e conseguimos as coisas pro bairro, né?”¹⁴

Outro aspecto bastante forte, certamente relacionado ao anterior, é a transformação do sentido da política para estes moradores. Aos poucos percebem que toda a luta narrada foi a efetivação da prática política. Vejamos:

A Nossa Luta é Política

Agora, foi uma surpresa muito grande quando a gente tomou consciência de que a luta levada no Jardim Nordeste era política. O espanto foi geral. A gente tinha medo de falar em política e de repente vimos que a nossa briga era política. O povo nunca quer discutir política porque acha uma coisa feia, suja e que o negócio é só votar nas eleições, mesmo sem saber em quem votar. E que a política é aquilo que fazem os vereadores, deputados, governador. Quando descobrimos que política não é isso, começamos a procurar política em todas as coisas do bairro, sabe? Mas isso estava por trás das coisas, escondido, e ninguém estava vendo a política que existia dentro do bairro, da cidade e do país também, né?¹⁵

Sader já havia apontado para esta questão; em seu texto apresentou o entendimento que a população tinha do termo, exatamente como aqui abordado, indicando que a política era lida, primeiro, como política institucional – partidária, ‘participar das eleições’ e não, como proposto continuamente por Foucault, como a própria prática cotidiana. Nesta linha, então, a política e o político eram vistos de modo negativo, como uma prática intencionalmente manipuladora. No trecho acima destacado, indica-se claramente que a política era vista como ‘uma coisa feia, suja’. Ao final, na transformação do sentido dado à palavra, diz que passou a procurar a política em tudo que faziam no bairro, neste caso, claramente, seguindo da passividade à resistência. Aqui, mais uma vez, retomo a

conceituação proposta por Arendt pois, segundo a autora, a 'ação' é a própria realização da condição humana.

O documento abaixo, escrito pelos agentes populares, na forma de Relatório do Encontro, explicita a consciência sobre o tratamento recebido pelos representantes legais da política institucional / partidária confirmando, mais uma vez, a clareza quanto ao lugar social de sua fala:

. Grupo I - Movimentos favelas

* **Cena:** na prefeitura municipal (Rio Preto) - audiência com prefeito onde uma comissão de favelados foi entregar um levantamento constando a necessidade deste e exigindo providências e ainda, a expulsão feita pelo prefeito da A.Social que acompanhará o grupo.

. Conclusão Plenária/Grupos

- falta de interesse das autoridades pelos problemas dos favelados,
- rejeição quanto as pessoas que tem uma proposta de organização,
- jogo de interesses políticos que existem quando se trabalha as necessidades da população,
- tentativa de manipulação e desmobilização do grupo,
- medo da "autoridade" - prefeito,
- as autoridades não dão repostas as reivindicações da população,
- autoridades fazem promessas ao povo, mas não cumprem,
- autoridades com medo da organização popular,
- autoritarismo político.

Relatório do I Encontro de Formação de Agentes Populares, 1986

Na descrição da luta cotidiana, presente nos 'Cadernos dos Trabalhadores', já havíamos apontado o fato da necessidade de construção de táticas contínuas em oposição às estratégias também contínuas praticadas por partidos, representantes do poder executivo e outras instituições governamentais. Aqui, não falamos de outro aspecto, mas sim, da conscientização sobre este lugar social.

Para finalizar, retomamos um aspecto central presente em nossa pesquisa e já formulado em pesquisas anteriores, sobre as causas de um percurso de arrefecimento destas lutas, justamente no contexto de redemocratização. Buscamos, ao longo da reflexão, demonstrar um gradativo e contínuo processo de conscientização popular, expresso de

formas distintas, via luta diária, na ocupação do espaço urbano, com a conquista de necessidades objetivas, como postos de saúde, melhorias urbanas, escolas e também, na luta pelo direito de se fazer representar e participar, com a efetivação dos Conselhos Populares. Outros grupos partiram para a luta jurídica, também para a garantia de necessidades, particularmente, a da moradia. Vemos, nestes passos, a conscientização do percurso e a efetivação de um novo fazer política. Este processo, contudo, foi engolido pelo percurso de abertura. Considerando questões macro, já discutidas em diferentes pesquisas, podemos apontar para o fato de que o processo de abertura favoreceu a apropriação destas questões pelos partidos nascentes, sob a aura da democratização encaminhando, mais uma vez, o debate para o campo institucional-partidário, a chamada negociação pelo alto, sendo que, neste percurso, houve a vitória do modelo de democracia liberal, reordenando os sujeitos e lugares sociais. Mas, para além disto, e retomando o escopo desta pesquisa, gostaríamos de destacar aspectos próprios do contexto de demandas e conquistas. A nosso ver, os processos de luta aqui analisados contém, em parte, as respostas para esta indagação, que resumiríamos na seguinte ideia: na mesma proporção que estes movimentos lutavam, a lógica hegemônica respondia em sua própria defesa, com a ampliação da racionalidade técnica, apropriada para cada contexto, em sua própria dinâmica.

Assim, se os movimentos sociais se constituem no cotidiano, criam-se impedimentos próprios do cotidiano, com perfil legal para inviabilizar a luta. Estas estratégias já eram utilizadas: o político não concede a sala de reuniões para os Conselhos; aprova regimentos que lhes tira o poder; dificulta trâmites formais para diferentes atos; burocratiza as instituições, dificultando o acesso àqueles que efetivamente decidem, entre várias outras formas de estratégias de luta cotidiana. São lógicas surdas e quase invisíveis que garantem o objetivo

primeiro: inviabilizar ou enfraquecer a luta. Nos outros âmbitos desta, a lógica é a mesma. Assim, dificulta-se o acesso ao cenário jurídico, em primeira instância, ao se manter uma estrutura incompreensível. Várias passagens dos documentos desta esfera expressavam isto, onde mesmo nós do meio acadêmico, mas não jurídico, temos dificuldade em compreender, ou como expressado pelo movimento ao se referir ao orçamento municipal “ Nós temos uma dificuldade muito grande para entender essa linguagem técnica, esse calhamaço desgraçado que é o orçamento municipal”;¹⁶ Foucault já discutia este aspecto, indicado por ele como mais uma lógica de interdição social, presente na linguagem específica de áreas de conhecimento, que assim o fazem para fortalecer o seu poder. O trecho transcrito aponta para isto ao se referir à linguagem própria das instituições públicas, em sua formalização técnica e, como visto em outras passagens do artigo, isto é próprio de toda a linguagem jurídica e mesmo da linguagem acadêmica; Foucault sempre nos lembra (e já o citamos inicialmente) que “...o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar.”¹⁷

Assim, estratégias discursivas e práticas repressivas ou burocráticas (traduzidas em diferentes formas de ação) foram importantes estratégias de enfraquecimento e invisibilidade das lutas e resistências dos movimentos sociais, reforçados por uma construção de uma memória histórica de esquecimento, que anula estas lutas, reduzindo-as à práticas cotidianas, reforçando a compreensão do cotidiano como espaço da passividade e repetição.

Notas

* Carla Reis Longhi é Doutora em História Social pela USP/SP e Pós-Doutora em Comunicação Social pela Facultad de Ciencias de la Información de la Universidad Complutense de Madrid. Atualmente é Coordenadora do Curso de História da PUC/SP e Professora Credenciada junto ao Programa de Pós-Graduação em História da PUC/SP.

¹ GOHN, M. da G. **Movimentos Sociais no início do séc. XXI**. Rio de Janeiro: Ed. Vozes, 2013, p. 13.

² SADER, E. **Quando Novos Personagens entram em Cena**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p. 172.

³ FOUCAULT, M. **A Arqueologia do Saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008, p. 10.

⁴ FIORIN, J. L. **Introdução ao pensamento de Bakhtin**. São Paulo: Ática, 2008, p. 25.

⁵ Que história é essa?. Doc.: **Conselhos Populares de Osasco**. São Paulo: Acervo CEDIC/PUC-SP, p.19.

⁶ CERTEAU, M. **A Invenção do Cotidiano**. Petrópolis/Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1998, p. 99.

⁷ CERTEAU, M. Ibid., p. 100.

⁸ Que história é essa?. Op.cit., p. 21.

⁹ Doc.: **Conselhos Populares de Saúde - Zona Leste**. São Paulo: Acervo CEDIC/PUC-SP, p. 32.

¹⁰ Sobre a concessão de direito real de uso aos favelados de diadema.

¹¹ SANTOS, J. D. V. dos. **As administrações petistas em Diadema (1983-1996)**. Doutorado, PUC-SP, São Paulo, Brasil, 2014, p. 193.

¹² Doc.: **Conselhos Populares de Saúde**. Op. Cit., p.41.

¹³ ARENDT, H. **A Condição Humana**. São Paulo: Forense Universitária, 2000, p. 31.

¹⁴ Doc.: **Conselhos Populares de Saúde**. Op. Cit., p. 42.

¹⁵ Idem, p. 36.

¹⁶ Que história é essa?. Op.cit., p. 19.

¹⁷ FOUCAULT, M.. Op. cit., p.10.

BIBLIOGRAFIA

CHARTIER, R. **El mundo como representación**. Barcelona: Editorial Gedisa, 2005.

_____. **A História Cultural: entre práticas e Representações**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil; Lisboa: Difel, 1990.

_____. Textos, impressão, leituras. In: HUNT, Lynn. **A Nova História Cultural**. Rio de Janeiro: Martins Fontes, 2001.

GINZBURG, C. **O Queijo e os Vermes**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

_____. **Mitos, Emblemas e Sinais.** São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GOHN, M. da G. **Movimentos Sociais no início do séc. XXI.** Rio de Janeiro: Ed. Vozes, 2013.

_____. **Movimentos Sociais e redes de mobilizações civis.** Rio de Janeiro: Ed. Vozes, 2013.

_____. **Movimentos Sociais e Luta pela Moradia.** São Paulo: Ed. Loyola, 1991.

THOMPSON, E. **A Formação da Classe Operária Inglesa:** vol. II. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

WILLIAMS, R. **Cultura e Materialismo.** São Paulo: UNESP, 2011.

Data de envio: 15/05/2014

Data de aceite: 02/10/2014